2022

BOLETIM INFORMATIVO

Novembro

AGDP

XV Conadep: o evento que deixou marcas na história da DPE-GO

Um evento que entrou para a história de nossa associação!

Um dos congressos mais esperados por nós, defensores e defensoras públicas goianas, o XV Conadep foi realizado pela ANADEP em parceria com a AGDP.

Sediado em Goiânia, entre os dias 08 e 11 de novembro, o congresso reuniu mais de 1000 pessoas no Teatro Rio Vermelho, do Centro de Convenções de Goiânia, batendo o recorde de inscrições de toda história.

Ao longo de três dias, tivemos homenagens, apresentações do Movimento Popular dos Moradores de Rua, participações especiais de ministros e ministras do STJ e STF, apresentação de práticas exitosas de defensores e defensoras públicas que fizeram a diferença na seara jurídica de nosso País, além de muito entusiasmo por parte de todos os presentes.

Nas palavras do presidente da AGDP, Dr. Allan Montoni Joos, em seu discurso de abertura do encontro: “A Grandiosidade deste CONADEP é o reflexo da grandiosidade da nossa instituição que, como já destacamos em inúmeras oportunidades, foi reconhecida, após pesquisa encomendada pelo CNMP, como a instituição mais importante para o brasileiro.

Além de chancelar a importância de nossa atuação na seara jurídica, o evento também celebrou a essência do associativismo. “Como sempre destaco nas reuniões, palestras e eventos em que participo, o associativismo no âmbito da defensoria pública é algo que vai muito além de debates corporativistas ou carreiristas. O associativismo defensorial tem um papel de suma importância no nosso público alvo que são os milhões de brasileiros, hoje mais de 80% da população total brasileira e que são usuários ou potenciais usuários da Defensoria Pública”, afirmou ele durante a abertura do CONADEP.

Com a participação efetiva de nossa associação na ANADEP, à frente da diretoria de assuntos legislativos, conseguimos participar de inúmeros debates que vão desde a participação de reuniões em comissões temáticas do Congresso Nacional, até na efetiva apresentação de textos de emendas a projetos de lei que foram encampadas por parlamentares e aprovadas pelo parlamento. Exemplo disso é a recente apresentação de emenda ao projeto de lei de reforma do Código Eleitoral que, caso aprovada, inserirá a Defensoria Pública no referido diploma legislativo.

A atuação associativa também ocorre de forma bastante incisiva no âmbito estadual. Aqui no Estado de Goiás, por exemplo, a AGDP tradicionalmente participa das discussões orçamentárias Exemplo disso é a nossa participação, aqui no Estado de Goiás, em praticamente todas as pautas que envolvem, interna e externamente, o destino da nossa Defensoria Pública.

Podemos citar a nossa participação nos debates que permearam o atual orçamento da Defensoria Pública e no grupo de trabalho que elaborou projeto de lei que alterou a lei orgânica estadual.

Hoje, o crescimento, estruturação e consolidação da Defensoria Pública do Estado de Goiás é notório e reconhecido em todo o país. Tanto é que nosso Estado foi escolhido para ser a sede do maior evento das defensorias públicas do Brasil. Nesse contexto, a atuação conjunta e dialogada entre a AGDP e a DPE certamente refletiram de forma significativa neste avanço. Essa atuação associativa dialogada e pautada na união, sem deixar de lado a independência e o juízo critico quando necessário, resultou no crescimento exponencial da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

O XV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (CONADEP) foi uma realização da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), em parceria com a Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos (AGDP), de 8 a 11 de novembro. O XV CONADEP recebeu apoio da ENADEP, do Condege e da DPE-GO. Os patrocínios foram do clube de vantagens MarktClub, J.EX, da editora D'Plácido e Sicoob.

AGE da ANADEP abre a pré-programação oficial do XV CONADEP

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) promoveu, no último dia 08/11, assembleia geral extraordinária. A atividade abriu a pré-programação oficial do XV CONADEP.

O encontro foi conduzido pela presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; pela vice-presidenta institucional, Rita Lima; pela vice-presidenta administrativa, Juliana Lintz; pelo vice-presidente jurídico-legislativo, Flávio Wandeck; e pelo presidente da AGDP, Allan Joos.

Durante a AGE, as defensoras e defensores públicos discutiram assuntos de interesse da categoria no âmbito jurídico e legislativo, além de pautas institucionais.

O primeiro item da programação foi o trabalho da ANADEP nas Missões de Observação Eleitoral (MOEs/TSE). Rivana Ricarte pontuou a atuação das defensoras e defensores públicos que ocorreu no primeiro e segundo turno das eleições. Em suma, o grupo observou que os(as) eleitores(as) das sessões observadas foram bastantes colaborativos(as) e não se negaram a responder o questionário aplicado, informando com franqueza as suas considerações de como enxergavam o processo eleitoral em seus mais diversos aspectos. “Foi perceptível a ampla confiança dos eleitores no processo eleitoral”, afirma o relatório preliminar encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral.

O relatório final da MOE-ANADEP será compilado com os dados do 1º e 2º turnos, e enviado ao TSE após a cerimônia de diplomação dos parlamentares, em novembro.

Em seguida, houve debate sobre o panorama da pauta legislativa, pós o segundo turno.

Sobre a pauta jurídica, a diretora jurídica Juliana Lavigne relatou sobre a tramitação da ADI 5674 (prerrogativa de foro do ES), a ADPF 1006 (mínimo existencial), bem como ações relacionadas à Defensoria Pública de Santa Catarina: ADIs 5674, 5998, 6335. Também foi mencionada a reunião com a presidenta do STF, Rosa Weber.

Campanha nacional e próxima sede do CONADEP

Ponto central da AGE foi a escolha do tema da Campanha Nacional 2023. Na assembleia, a coordenadora Karyne Graziane apresentou a dinâmica sobre o processo de escolha e fizeram a explanação técnica de cada tema proposto. Ao todo, a ANADEP recebeu 20 emails, dos quais, foram extraídos um total de seis temas. Estavam na disputa: direitos das pessoas com deficiência; saúde mental; direitos do consumidor; direitos da população em situação de rua; direito à cidade; direitos LGBTQIA+; pessoas encarceradas; e primeira infância. Após votação, a decisão recaiu sobre “Direitos das pessoas com deficiência”.

Logo após, a plenária passou para o processo de escolha da próxima edição do CONADEP, a ser realizado em 2024. O estado escolhido foi o estado da Bahia.
Participaram da AGE representantes da ADPACRE, ADEPAL, ADEPAP, ADEPAM, ADEP-BA, ADPEC, ADEP-DF, ADEPES, AGDP, ADPEMA, AMDEP, ADEP-MS, ADEP-MG, ADEP-PA, APDP, ADEPAR, APIDEP, ADPERJ, ADPERN, ADPERGS, ADEPRO, ADPER, APADEP, ADEPESC, ADPESE e ADPETO.

FONTE: ASCOM/ANADEP

ANADEP E AGDP abrem maior evento da América Latina, em Goiânia

Mais de 1000 pessoas lotaram o auditório principal do Teatro Rio Vermelho, do Centro de Convenções de Goiânia, para acompanhar a cerimônia de abertura do XV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (CONADEP).

Compuseram a mesa de abertura: a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; o presidente da AGDP, Allan Joos; o vice-governador do estado do goiás, Licoln Tejota; o defensor público geral do estado de Goiás, Domilson Rabelo da Silva Júnior; o presidente do Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais, Florisvaldo Fiorentino; a presidenta do Conselho de Ouvidores das Defensorias Públicas do Brasil, Sirlene Costa; o presidente do Conselho Nacional de Corregedores gerais das Defensorias Públicas, Marcus Edson de Lima; a diretora de eventos da ANADEP, Andrea Senna; o deputado Virmondes Cruvinel Filho, representando o presidente da assembleia legislativa; o presidente do Tribunal de Justiça do estado de Goiás, desembargador Carlos França; secretário municipal de Goiânia, Michel Afif Magul, representando o prefeito de Goiânia; e o procurador geral de justiça: Aylton Flávio Vechy.

Ao iniciar seu discurso, o presidente da AGDP, Allan Joos, ressaltou que é por meio de eventos, como o CONADEP, que se observa a essência do associativismo em prol da Defensoria Pública, da união da classe e da importância do trabalho das defensoras e defensores públicos do nosso país.

"A grandiosidade deste CONADEP é o reflexo da grandiosidade da nossa instituição. A Defensoria Pública brasileira, hoje, vem sendo reconhecida mundialmente como um exemplo de garantia de acesso à justiça. A Defensoria Pública brasileira nasceu, cresceu e hoje se consolidou com o advento da democracia, tendo sido expressamente reconhecida pelo texto constitucional como expressão e instrumento do regime democrático. E cito este notório crescimento para registrar a força do associativismo", disse.

Em seguida, o vice-governador do estado de Goiás, Licoln Tejota, destacou a alegria em receber o maior evento da Defensoria Pública em toda a América Latina. "A Defensoria, em todos esses anos, tem feito muito mais o que é proposto. Ela tem participado conosco nas principais decisões e nos principais debates que impactam a vida dos cidadãos goianos. Uma porcentagem muito alta da nossa população precisa do serviço de vocês. E por causa do fruto do trabalho de vocês, que nós temos um estado mais justo", afirmou.

Para o defensor público-geral Domilson Rabelo da Silva Júnior, o evento será um espaço positivo de troca e de debates. Ele também mencionou os desafios para a ampliação e fortalecimento da Defensoria Pública, a partir das experiências de Goiás.
A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, mencionou a emoção de organizar um evento após o hiato de três anos provocado pela pandemia da COVID-19. A dirigente também mencionou a escolha simbólica sobre a escolha de Goiás para sediar o evento. “É com esse sentimento de alegria e acolhimento que a ANADEP realiza e celebra a abertura do XV CONADEP na cidade de Goiânia. A escolha deste local nos inspira a prosseguir trabalhando pelo fortalecimento da Defensoria Pública em todos país. Para aqueles que não sabem a realização da Defensoria de Goiás contou com o forte apoio político e judicial da ANADEP”, frisou.

Ao mencionar o fortalecimento da Defensoria Pública e o tema central do evento, Rivana Ricarte trouxe um olhar para o trabalho associativo. Para ela, é preciso sentir o presente e mirar o futuro. "Esse trabalho associativo realizado em Goiás é a essência do trabalho da ANADEP. Encara-se as realidades, defende-se a instituição e as prerrogativas e direitos de defensoras e defensores públicos. Trabalho realizado com muita responsabilidade porque temos ciência que somos parte de um todo, e o todo em uma parte.

O tema escolhido para o Congresso nos impõe profundas reflexões e responsabilidade. É preciso trazer a memória aquilo que nos dá esperança. E aqui me permitam trazer a memória Esperança Garcia, considerada a primeira advogada negra do país", finalizou.
Ao longo da cerimônia foram exibidos vídeos institucionais da ANADEP e DPE-GO, além de uma mensagem especial do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin.

Fonte: ASCOM/ANADEP

COLAR DO MÉRITO é entregue durante abertura do evento

Seguindo a tradição dos CONADEP's, a ANADEP fez a entrega do Colar do Mérito – a maior honraria da categoria às cidadãs e cidadãos que tenham prestado relevantes serviços à Defensoria Pública e para o acesso à justiça das pessoas em situação de vulnerabilidades. Os(as) homenageados(as) desta edição foram Deise Benedito e Ilton Norberto Robl Filho.

Deise Benedito é fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra e do Fórum Nacional de Mulheres Negras. Atualmente é Assessora Técnica na Área de Segurança Pública e Direitos Humanos da Liderança do PSOL, na Câmara Federal dos Deputados. É graduada em Direito, com especialização em Relações Étnico Raciais, Gênero, Segurança Pública e Sistema Prisional.

É também mestre em Direito e Criminologia pela UnB. "Agradeço essa homenagem da ANADEP. Estou muito emocionada e feliz. Vocês não estão dando uma medalha a mim. Vocês estão dando uma medalha para os meus ancestrais e àqueles que vieram antes de mim: negros, indígenas... pessoas que ajudaram a criar a história desse país. Fico muito honrada porque ajudei o grupo na criação da Defensoria Pública de São Paulo", disse a homenageada.

Ilton Norberto Robl Filho é mestre e doutor em Democracia e Direitos Humanos pela UFPR — tendo realizado estudo de pós-doutorado em Direito Constitucional na PUC-RS. Atualmente é advogado e sócio do Escritório Marrafon, Grandinetti e Robl, que atende a ANADEP. "Fiquei muito feliz em ser considerado um cidadão que contribuiu para a cidadania e para a Defensoria. Quando falo em cidadania, lembro do que Hannah Arendt defendia: o direito a ter direitos. Nos últimos anos, temos visto toda uma movimentação de retrocessos, o que nos faz enxergar a necessidade da efetivação da cidadania, por meio da nossa Constituição Federal, que completou 34 anos", disse.

Fonte: ASCOM/ANADEP

Palestra magna faz análise histórica do sistema de justiça

O ponto alto da noite foi a palestra magna da coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Coordenadora Geral do NIREMA (Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente) da PUC-RJ, Thula Pires.
A palestra teve como ponto de partida uma análise histórica da formação do sistema de justiça e do chamado colonialismo jurídico formado por uma classe dominante.

Thula Pires mencionou, por exemplo, o início dos cursos de direito a partir de uma visão eurocêntrica. Segundo ela, essa linha reforçou a supremacia branca e a exploração de povos racializados. A palestrante chamou a atenção para as heranças históricas que reproduzem cenas do século XIX, como a arquitetura dos Tribunais de Júri, a utilização do latim, entre outros elementos.

Thula Pires trouxe uma reflexão sobre a mudança de cultura no âmbito institucional para ampliar o contato da Defensoria Pública para o seu público-alvo: as pessoas em situações de vulnerabilidades, principalmente, as pessoas negras. A doutora refletiu sobre a participação e responsabilidade da Defensoria Pública para a efetivação do Estado Democrático de Direito. O painel contou com a participação de Rivana Ricarte e Allan Joos Montoni (AGPD). A relatoria foi da vice-presidenta da AGDP, Mayara Batista.
Com informações da ASCOM/Anadep

“Acesso à justiça e soluções alternativas de conflitos” foi tema do primeiro painel do XV CONADEP

O "Acesso à justiça e soluções alternativas de conflitos” foi tema do primeiro painel do XV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (CONADEP). O debate contou com a participação de Juan Carlos Vezzulla, psicólogo e professor da Faculdade de Psicologia da Universidade del Salvador, da Argentina. Para contribuir com os debates e ressaltar a atuação da Defensoria Pública em cada região, houve a participação das defensoras públicas Débora Cunha (Piauí), Juliana Oliveira (Pará) e do defensor público do Rio Grande do Sul, Sérgio Nodari Monteiro. A vice-presidenta administrativa da ANADEP Juliana Lintz foi a presidenta da mesa e o relator foi o defensor público de Goiás Rafael Brasil.

A partir de sua vasta experiência em mediação, Juan Carlos Vezzula trouxe um olhar para a necessidade do olhar coletivo e para a responsabilidade social. Entre os tópicos abordados pelo palestrante estão: a culpa e penalização, reparação e perdão, modelos de interação social e o papel do mediador no sistema de justiça, em especial, na Defensoria Pública.

Ele explica que a mediação é uma ferramenta pacífica de resolução de conflitos, a qual tem por finalidade não apenas o mero acordo, mas sim um reencontro com o outro, de maneira a realizar a autonomia de cidadãos(ãs). O foco central é proporcionar a possibilidade de resolução das adversidades de forma participativa e democrática, a partir do diálogo.

"A consciência de cada decisão traz um efeito na sociedade. E o que acontece na sociedade é uma consequência maior do efeito daquele indivíduo. Essa lógica de arrumar culpados não funciona. Não somos inocentes, somos responsáveis", explicou.

A defensora pública do Piauí Débora Cunha trouxe uma crítica a questão das constelações familiares no sistema de justiça na perspectiva da mulher. Segundo ela, esse é um método patriarcal e misógino que tem impactos negativos nas questões de gênero e nos direitos das mulheres. "A prática da Constelação Familiar, erroneamente denominada terapia, não possui comprovação científica. Porém, vem sendo utilizada em órgãos públicos, principalmente no sistema de justiça e no SUS, sistema prisional e escolas, além de ser utilizada em âmbito privado", explicou a defensora pública.

Juliana Oliveira abordou os conflitos agrários a partir da análise de três perspectivas: a situação fundiária no estado do Pará, a situação de Barcarena e a alteração de paradigma provocado por grandes empresas. Ela mostrou como as comunidades locais são prejudicadas pela degradação ambiental e pela exploração dos recursos naturais.

A defensora pública explicou como tem sido a atuação da Defensoria Pública nessas localidades. A estratégia de atuação tem sido baseada em alguns pilares: mapeamento de passivo socioambiental, levantamento de ações emergenciais e propostas de ações individuais e coletivas. "A principal ferramenta para atuar nesses casos é a educação em direitos porque muitas vezes vamos para audiências públicas com a comunidade eles sequer têm conhecimento do fato ou de seus direitos. Como fazer mediação nesses casos? É preciso diálogo e educação em direitos para evitar que se caia em armadilhas", pontua Juliana Oliveira.

Sérgio Nordari que é coordenador da Câmara de Autocomposição de Conflitos Criminais da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul apresentou os principais objetivos de projeto-piloto aplicado na Câmara. A iniciativa visa tratar adequadamente o conflito criminal dentro de uma nova ótica de resolução que não apenas a perseguição da culpa e da imposição de um castigo coercitivo, solução que é dada pelo sistema tradicional.

FONTE: ASCOM/ANADEP

XV CONADEP: Trabalho de defensores e defensoras públicas de Roraima e do Rio de Janeiro empatam e vencem o concurso de práticas

Ponto alto da programação da tarde di dua 9/11 (quarta-feira), o concurso de práticas exitosas movimentou o auditório do Teatro Rio Vermelho. Este ano, o concurso se baseou no tema central do Congresso “DEFENSORIA PÚBLICA, FUTURO E DEMOCRACIA: SUPERAÇÃO DE RETROCESSOS E NOVOS DESAFIOS”.

O objetivo foi compartilhar internamente as experiências das defensoras e dos defensores sob a perspectiva do exercício concreto de uma política institucional una, sólida e eficiente em benefício direto da população.

Devido à alta qualidade dos trabalhos houve empate no primeiro lugar do concurso. As práticas vencedoras foram: “Central de atendimento e peticionamento indígena (CAPI) WAIMIRI-ATROARI da Defensoria Pública de Roraima”, da defensora pública Elceni Diogo da Silva. E “O enfrentamento da pandemia da COVID-19 pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro: uma atuação estratégica pela superação de retrocessos e de novos desafios na luta pela saúde e pela vida”, das defensoras públicas Thaísa Guerreiro e Alessandra Nascimento.

O segundo lugar foi para “Fórum Estadual sobre o aborto legal”, da defensora pública da Bahia, Lívia Almeida.

No terceiro lugar houve empate em dois trabalhos: “o caso Paraisópolis: uma experiência de atuação em caso grave violação de direitos humanos”, dos(as) defensores(as) públicos(as) de São Paulo: Cecília Nascimento Ferreira, Ana Carolina Golvim Schwan, Daniela Batalha Trettel, Davi Quintanilha Failde de Azevedo, Rafael Lessa de Sá Menezes Surrailly Fernandes Youssef, Fernanda Penteado Balera, Letícia Marquez de Avelar, Lígia Mafei Guidi, Gustavo Samuel da Silva Santos e Daniel Palotti Secco. E “Suporte Econômico Transitório com construção popular como mecanismo essencial da reparação integral em desastres e grandes empreendimentos”, dos(as) defensores(as) públicos(as) de Minas Gerais, Carolina Morishita Mota Ferreira e Aylton Magalhães Rodrigues.

As menções honrosas concedidas foram:

Mutirão de análise dos processos de mulheres presas gestantes, mães de crianças ou responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, da defensora pública de Santa Catarina, Anne Auras;

O direito de viver livre da fome: a experiência da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, do defensor público do Rio de Janeiro, Rodrigo Azambuja.

Com informações da ASCOM/Anadep

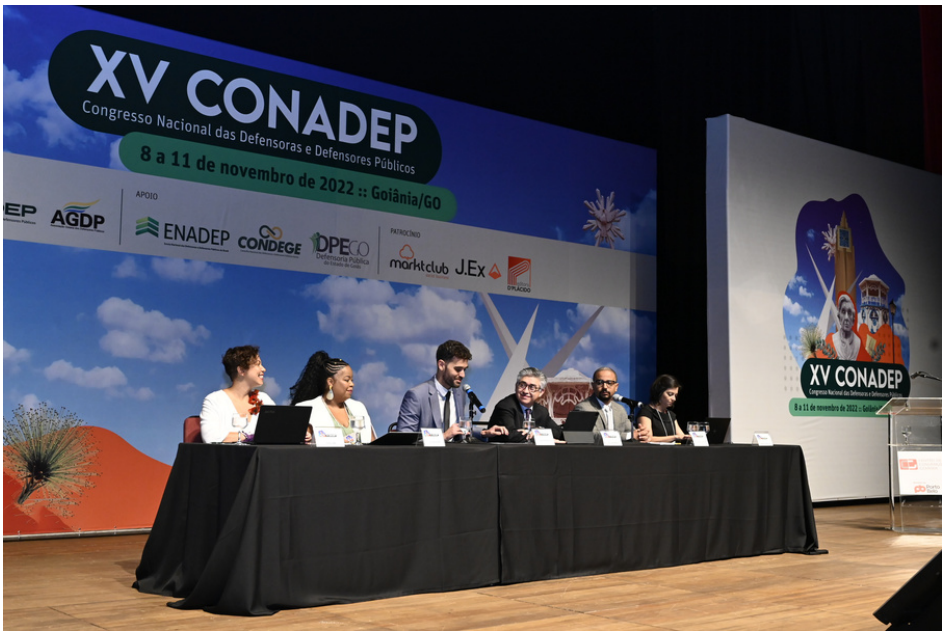
Associada da AGDP participa de sessão de autógrafos durante XV Conadep

E rolou sessão da autógrafos durante o XV Conadep. Entre os autores presentes, a nossa associada e escritora, Dra. Michelle Bitta de Alencar de Sousa, divulgou seu livro “As filas de espera no SUS”. Outros autores(as) e defensores(as) também participaram deste momento cultural do evento.

O lançamento de obras de autoria de defensoras e defensores públicos também marcou a programação. Foram mais de dez obras de associados(as) lançadas no evento. Além disso, o espaço também expôs outros livros jurídicos e acadêmicos.

Com informações da ASCOM/Anadep

O fechamento dos espaços cívicos no Brasil e o papel da ANADEP foi tema de último painel realizado no XV Conadep



O último painel do XV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos teve como tema “O fechamento dos espaços cívicos no Brasil e o papel da ANADEP”.

O debate contou com a participação de Leonardo Santana, advogado e assessor de advocacy da Rede Justiça Criminal; Joel Hernandez, membro do Conselho de Administração do Instituto Inter-regional de Pesquisa sobre Crime e Justiça das Nações Unidas e presidente da Seção Mexicana da International Law Association; Rita Lima, vice-presidenta institucional da ANADEP; e Silvia Souza, advogada, conselheira Federal da OAB e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFOAB.

O vice-presidente jurídico-legislativo da ANADEP, Flávio Wandeck, foi o presidente da mesa. A relatoria ficou com a defensora pública do Paraná Jeniffer Shaeffer (DPE-PR).

Com informações da ASCOM/Anadep

Ministros do STF e STJ participam de palestra de encerramento do XV CONADEP

Mais de 1000 participantes acompanharam a solenidade de encerramento do XV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, no dia 11/11 (sexta-feira), no Teatro Rio Vermelho, do Centro de Convenções de Goiânia.

A cerimônia contou com a participação do ministro do Superior Tribunal de Justiça Rogerio Schietti Cruz e da ministra Cármen Lúcia, por videoconferência. O painel contou também com a participação da presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, e do presidente da AGDP, Allan Joos.

A Ministra Cármem Lúcia iniciou sua fala parabenizando o papel da Defensoria Pública no advento da pandemia da Covid-19 e no pós-pandemia. Segundo a Ministra, o papel da Instituição foi exponencial nesse período no sentido de garantir direitos para uma sociedade que já estava tão vulnerabilizada. "Sem a Defensoria Pública, nós não temos o papel do acesso à justiça. O acesso à justiça é ingressar os direitos", afirmou.

Ela pontuou que ao longo dos últimos dois anos, o STF, mesmo atuando remotamente, adotou uma série de teses que tiveram atuação da Defensoria no que diz respeito ao direito à saúde.

Logo depois, a Cármen Lúcia fez uma análise dos impactos da tecnologia no acesso à justiça. Para ela, há um ganho com as ferramentas tecnológicas, mas que não se há empatia com as máquinas. "Para o defensor público do interior que tem uma grande dificuldade de se deslocar é óbvio os benefícios da tecnologia. A situação que se põe é a dificuldade da distância e do contato do defensor com o seu jurisdicionado. A essência dos direitos humanos é a essência humana, por isso a tecnologia vem para somar e não substituir", defendeu.

Já Schietti falou a partir da temática: “Defensoria Pública, futuro e democracia”. Ao longo da palestra, ele abordou diversos temas como tecnologia, audiências de custódia, o sistema penitenciário brasileiro e a atuação coletiva.

O Magistrado contou um pouco do início da sua carreira, onde estagiou na Defensoria Pública do DF. Segundo ele, foi onde vivenciou o direito com humanidade. "Foi um aprendizado enorme porque fiz várias atuações na área cível e criminal. Eu também atuei no MP e na Magistratura. Assim, tenho na minha formação uma visão que me permite compreender sob a ótica do que está do lado de lá. Ao longo dos anos, eu conquistei a empatia de se colocar no lugar do outro", disse.

Schietti afirmou que a beleza da atuação da Defensoria Pública está em dar visibilidade aos invisíveis e aos direitos das pessoas em situações de vulnerabilidades. "Para ser juiz, promotor e defensor público é preciso gostar de gente. Me toca vocês por darem voz àqueles que têm tido sua voz silenciada”, finalizou.

Durante o evento houve mensagem do presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, juiz Ricardo Pérez Manrique.

O defensor público de Roraima Stélio Dener também deixou uma mensagem aos(às) presentes. O defensor público foi eleito para deputado federal nessas eleições gerais de 2022 com 14.193 votos. No encontro, ele colocou seu mandato à disposição dos projetos da Defensoria Pública. Segundo ele, seu trabalho na Câmara dos Deputados será um projeto nacional.

Com informações da ASCOM/Anadep

Leitura de carta construída ao longo de evento encerra as atividades do XV CONADEP

Ao final do evento, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, ao lado dos(as) presidentes(as) das Associações Estaduais e do DF leu a Carta de Goiânia.

O documento reafirmou o compromisso da Defensoria Pública de continuar atuando em defesa do Estado Democrático de Direito e em prol da redução das desigualdades sociais e contra todas as formas de discriminação.

A carta também afirma que é essencial o fortalecimento da Defensoria Pública, do modelo público de assistência jurídica, integral, gratuita e de qualidade às pessoas em situações de vulnerabilidades, consagrado no art. 134 do texto constitucional. "Dessa forma, colocamo-nos mais uma vez à disposição da sociedade e dos representantes eleitos do povo brasileiro para contribuir para a discussão, formulação e execução de políticas públicas que possam alcançar a construção de uma sociedade justa, pluralista, solidária e sem preconceitos", finaliza.

Com informações da ASCOM/Anadep

Associada representa AGDP e ANADEP em reunião do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul

Na condição de coordenadora geral, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) sediou, nesta quarta-feira (17/11), em Brasília, a assembleia geral e a sessão ordinária anual do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM).

O encontro foi coordenador pela presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; e o diretor de relações internacionais da ANADEP e o revisor de contas do BLODEPM, Antonio Maffezoli. A assembleia geral focou em três tópicos: a assinatura do livro de presença; análise do balanço financeiro e administrativo; e assinatura de ata.

Logo após, o grupo iniciou a Sessão Ordinária Anual do BLODEPM. Na ocasião houve análise das questões administrativas e financeiras, além de leitura e aprovação da ata anterior. Durante a reunião definiu-se a composição da comissão responsável por analisar o ingresso da Associação de Magistrados Judiciais do Paraguai no Bloco.

No âmbito da comunicação social houve resumo sobre o podcast, redes sociais e divulgação de vídeos temáticos. Em seguida foi apresentado o novo Boletim de Jurisprudência, que foi organizado pelo Paraguai. A publicação já é uma tradição do Bloco e reúne importantes decisões jurisprudenciais sobre direitos humanos dos países que integram o Mercosul. A próxima edição será organizada pela Defensoria Pública da Venezuela. A partir de agora, o material será anual.

Outro destaque foi o relato sobre o Programa de Pasantía para Defensores Públicos Oficiales del Mercosur (BLODEPM), que ocorreu em junho. A iniciativa foi organizada pelo Ministerio de la Defensa Pública de la Republica del Paraguay, em Assunção/Paraguai. Ao todo, dez defensoras e defensores públicos da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela participaram do Programa. O objetivo do intercâmbio foi a troca de experiências e conhecimentos, além de contribuir para o desenvolvimento do serviço público de assistência jurídica gratuita aos mais necessitados. A próxima edição será na Venezuela.

Durante a sessão, seis defensores(as) públicos(as) falaram sobre o andamento dos grupos de trabalho: Justiça Restaurativa - Fernando Vasquez Pereda; Violência Institucional – Fernanda Fernandes (ANADEP/AGDP), Lizza Alonzo (ADEPPY), Mariana Vallejos (ADEPPY) e Catalina Sadá (CHILE); e Violência de Gênero – Raquel Martínez. Os cursos oferecidos pelo Programa Escola Itinerante também foram mencionados pela DPU/Brasil e pelo Paraguai.

Na sede da ANADEP estavam representantes da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Venezuela. São eles(as): Mariana Vallejos Membribes (ADEPPY), Lizza Alonzo (ADEPPY), Daniel Ramírez Herrera (Defensoria Pública de la República Bolivariana de Venezuela), Rafael Laterra (Defensoria General de Paraguay), Juan de Díos Moscoso (Defensoria Pública General de la Nación Argentina), Catalina Sadá (Defensoría Penal Pública de Chile), Humberto Sánchez Pacheco (Asociación de Defensoras y de Defensores Penales Públicos de Chile), Fernando Mauro (DPU/Brasil), Letícia de Souza Sá (DPU/Brasil), Eduardo Kassuga (ANADEF), Rivana Ricarte (ANADEP), Antonio Maffezoli (ANADEP), André Castro (ANADEP), Fernanda Fernandes (ANADEP) e Rodrigo Duzsinski (ANADEP), além das colaboradoras Virgínia Motta e Karyne Graziane.

Houve também participações online, via zoom. Os(as) participantes foram: María Mercedes Crespi (AMFJN), Leonardo Miño (AMFJN), María Lorena Segovia Azúcar (Defensoria General de Paraguay), María Lorena González Castro Feijóo (ADEPRA), Adolfo Sánchez Alegre (ADEPRA), Gustavo Kollmann (ADEPRA), Sebastian Gastelú (ADEPU), Yamila Cabrera (ADEPU), Carlos Flores Pericich (ADEPRA), Raquel Martínez (ADEPRA), Fernando Vasquez Pereda (AMFJN), Ángel Torres (Defensoría Pública del Ecuador), Karla Benítez (Defensoría Pública del Ecuador), Sofía Libedinsky (Defensoría Penal Pública de Chile), Bernardo Hidalgo, Mario Andrés Olivo López.Francisco Hermosilla (Defensoria General de Paraguay) e Sebastián Van Den Dooren (Defensoria Pública General de la Nación Argentina). Na programação houve visitas ao Superior Tribunal de Justiça e Congresso Nacional.

Eleições da nova diretoria da AGDP acontece no próximo dia 07 de dezembro

A Comissão Eleitoral, designada pela Diretoria da AGDP no exercício de suas atribuições estatutárias, abriu processo eleitoral, no último dia 10 de novembro, para escolha da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação para o mandato de 2 (dois) anos.

De acordo com o Edital, as eleições serão realizadas no próximo dia 07 de dezembro, com primeira chamada às 12h e segunda chamada às 12h30min, concluindo-se a eleição às 17h30min. A eleição será na sede da Associação Goiana dos Defensores Públicos, que fica no Business Tower - Av. Olinda, 960 - Sala 303A - Alphaville Araguaia.

Apenas uma chapa concorre ao pleito. Ela é composta pelos seguintes associados e associadas: Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes - Diretora Presidente; Gabriela Marques Rosa Hamdan - Diretora Vice-Presidente; João Iago Oliveira Alvarenga – Diretor para Assuntos de Inativos; Gabriel Fiel Lutz - Diretor Secretário; Thiago de Mendonça Nascimento - Diretor Tesoureiro; Samir Leão Vieira - Conselheiro Fiscal; Bruna Brandl Canete - Conselheira Fiscal; e Tairo Batista Esperança - Conselheiro Fiscal.

AGDP participa de 5ª Conferência de Direitos Humanos da DPE-GO

A AGDP participou, na última sexta-feira (02/12), da 5ª Conferência de Direitos Humanos da DPE-GO. O evento foi realizado no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), em Goiânia.

O debate foi voltado para os integrantes da DPE-GO, comunidade acadêmica e representantes da sociedade com atuação na área de direitos humanos. Cerca de 130 pessoas compareceram ao evento.

Promovida pelo Núcleo de Direitos Humanos (NUDH) e com o apoio da Escola Superior da Defensoria Pública de Goiás (ESDP), a Conferência tem o objetivo de promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico trazendo para análise e discussão assuntos pertinentes ao atual contexto social, político e econômico.

Além das palestras, houve apresentações culturais do Circo Laheto e do Movimento Pop Rua.

Com informações da DPE-GO

Aniversariantes do mês

É com muita alegria que celebramos esta data tão especial junto com nossos associados e associadas!

FELIZ ANIVERSÁRIO!

Dezembro

Nina Cappello Marcondes 05/12

Laura Orlow de Oliveira 08/12

Felipe de Mattos Takayassu 14/12

Carlos Benjamin Blanco de Souza 21/12

Alexandre Moreira Lima - 26/12

Anna Lina Bariani Araújo 14/12

Bruno Malta Borges 17/12

EDUCAÇÃO EM DIREITOS

DEZEMBRO

1/12: Combate à AIDS

3/12: Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

8/12: Dia Nacional da Justiça

9/12: Dia Internacional da Criança no Rádio e na TV

10/12: Dia Internacional dos Direitos Humanos – Dia da Declaração

Universal dos Direitos Humanos

13/12: Dia Nacional da Pessoa Cega

18/12: Dia Internacional dos Migrantes

Expediente:

Esta é uma publicação da Associação Goiana de Defensoras e Defensores Públicos, produzida pela AGDP

Ano 3, nº11/2022

Jornalista responsável: Gabriela Dutra Ferreira

Diagramação: Angélica Abadia

Revisão de conteúdo: Dr. Allan Montoni Joos (presidente da AGDP)

E-mail: agdppresidencia@gmail.com

Telefone: (62) 37735847

Endereço: Avenida Olinda, esquina com PL-3, nº 960, Business Tower, Setor Parque Lozandes, Goiânia-GO

30 de novembro de 2022

AGDP

Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos